Em sintonia com a agenda 21

Os fatos aparecem, se sucedem e acontecem na densa camada que contorna o ambiente do agronegócio. Existem aspectos institucionais ligados à Lei de Biossegurança e à Reforma Fiscal, em que estão incluídos PIS, COFINS, INSS, CIDE e ICMS. Há também as negociações internacionais, com os reflexos do último encontro ocorrido em Puebla, no México. E para fechar a cortina, a queda nos estoques mundiais de grãos e o impacto com o surto do mal da vaca louca e da gripe 'influenza' em importantes países exportadores de carnes.

Na Lei de Biossegurança, há um fulcro profundo que separa o pensamento e posicionamento entre as empresas, fundações e associações ligadas à ciência e tecnologia e os ambientalistas. Outorgar poderes à CTNBio, formada na grande maioria por cientistas de notório saber, para liberar a pesquisa e a comercialização de organismos geneticamente modificados, significa optar pelo caminho mais racional. Um processo legítimo para diminuir a burocracia e a politização de um tema de enorme importância para o futuro da sociedade nacional e mundial. Além disso, com a proteção de, se escapar algum deslize e exigir reparo, existir um colegiado máximo, o Conselho Nacional de Biossegurança, composto por Ministros de Estado. O assunto saiu da Câmara e está no Senado para emitir parecer, enquanto o bonde da história passa.

Desonerar as cadeias produtivas constitui um preceito básico para dar mais competitividade às exportações brasileiras, extremamente dependentes do desempenho dos bens agroindustriais. A incidência da PIS/COFINS sem cumulatividade aumenta a arrecadação em R$1,7 bilhão nos setores de insumos para agropecuária. Esse valor substancial vai pressionar os custos de produção. A preocupação aumenta, pois vem aí a aplicação do INSS sobre o faturamento das empresas, e não mais sobre a folha salarial e a CIDE em matérias-primas importadas. Mais à frente, há ainda o ICMS. Será esse o modelo a ser adotado pelo País para captar divisas com exportação?

Com relação às negociações internacionais, o esforço do País em inserir o tema agricultura nos encontros da rodada de Doha, da OMC, da ALCA e do próprio MERCOSUL esbarra em muros cada vez mais altos e grossos. Não importa; o Brasil deve manter sua pertinácia nessa questão. O aprendizado com o processo de articulação junto à burocracia internacional e a sustentação firme da derrubada dos subsídios internacionais abre espaço para o Brasil ser cada vez mais ouvido e respeitado. O encontro de Puebla, em fevereiro deste ano, não foi o último, para ser considerado como fracasso final. Em março, vai haver outro. Se a construção dos acordos multilaterais é longa, aqueles de natureza bilateral são mais fáceis e velozes. O que interessa mais ao Brasil?

Nesse contexto, embalado pela conjuntura internacional favorável, a balança comercial do agronegócio tem todos os elementos para apresentar outro desempenho formidável em 2003. Os estoques mundiais dos principais grãos sofrem baixa e as cotações internacionais ganham sustentação. Há espaço para os embarques brasileiros não apenas no complexo soja, mas também no milho e até mesmo no trigo. Quanto às carnes, com o surto internacional do mal da vaca louca e da gripe 'influenza', a demanda por produtos nacionais aumentou. O Brasil deve ganhar mercado e aproveitar para estabelecer fidelidade em suas parcerias comerciais. Um trabalho complexo que envolve qualidade dos produtos, serviços de embalagens e padronização, cumprimento de prazos etc. É bom ficar preparado, pois os concorrentes voltam com novas forças e 'armas' de marketing e venda.

Para encerrar, um destaque todo especial para o setor sucroalcooleiro, que não é somente uma das cadeias produtivas mais empreendedoras e pujantes do agronegócio nacional. Seja em relação ao campo e à indústria, na distribuição e comercialização, as atividades nele desenvolvidas mostram enorme adequação com a chamada sustentabilidade dos negócios em médio e longo prazo. O governo deve considerar com muito carinho e visão estratégica a importância da agricultura energética no mundo ora em transformação.

A cadeia produtiva do açúcar e álcool atende aos cinco preceitos básicos para a sustentabilidade de um negócio: 1) paz e segurança; 2) desenvolvimento econômico; 3) desenvolvimento social (direitos humanos); 4) governança; 5) proteção ambiental. É claro que os movimentos cíclicos de alta e baixa persistem em curto prazo. Os instrumentos de autogestão são acionados justamente nos instantes de dificuldade, para encurtar e diminuir os efeitos das fases negativas. Tudo isso sem perder de vista o trabalho ferrenho e global de derrubar o protecionismo no açúcar e desenvolver o mercado do etanol. ■